



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA BAHIA



Comissão de Prevenção
e Enfrentamento do
Assédio Moral, do
Assédio Sexual
e da Discriminação

Guilherme

Curso de Capacitação de Magistrados do Tribunal de Justiça

PROJETO DE CURSO PARA CREDENCIAMENTO NA ENFAM
INFORMAÇÕES DA ESCOLA:
Nome da Escola: Universidade Corporativa – UNICORP
Natureza da Escola: Escola Institucional, integrante da estrutura do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.
Endereço: 5ª Avenida do CAB nº 560, anexo 2, 5ª andar, CEP 404425-060, Salvador – BA.
Telefones: (71) 3483-3811 / 3483-3819
Endereço Eletrônico: http://unicorp.tjba.jus.br/unicorp/
Responsáveis Técnicos da Escola:
Diretor-Geral da Escola: Desembargador Geder Luiz Rocha Gomes
Vice Diretor: Desembargador Rolemberg José Araújo Costa
Mandato do Diretor: 2026 – 2028
IDENTIFICAÇÃO DO CURSO
Nome do Curso: Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação Turma Magistrados TJBA 2026
Natureza: Curso Formação Continuada para fins de promoção/remoção por merecimento e vitaliciamento na carreira de magistrados.
Coordenadora Pedagógica do Curso: Des. Joanice Maria Guimarães de Jesus
Modalidade: () Presencial (X) À Distância
Público alvo: Magistrados
Carga horária: 08 horas
Número de vagas: 80
Período de inscrição: 18/05 a 12/06/2026
Período de realização: 15 a 18 de junho de 2026.
Link de acesso ao ambiente virtual de aprendizagem - Aula síncrona transmitida pela plataforma Microsoft Teams, cujo link será disponibilizado pela Unicorp.
VISÃO GERAL
EMENTA
Módulo I
Gestão de pessoas, influência no ambiente organizacional e importância nos resultados alcançados. Conceito,

poderes, funções, aplicabilidade e estilos de liderança na gestão de pessoas. Desenvolvimento de competências e sua aplicabilidade.

Módulo II

Assédio e discriminação nas convenções internacionais e na CF/88. Legislação infraconstitucional e Resolução 351/2020 do CNJ. Normatização interna do Tribunal de Justiça da Bahia. Conceito, modalidades e características do assédio e da discriminação. Consequências para a vítima, a sociedade e o poder público. Meios probatórios do assédio e da discriminação. Tipificação penal. O delito de *Stalking*. Assédio moral no setor público.

Módulo III

Justiça restaurativa como mecanismo para a resolução de conflitos: comunitário e judicial. Resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça. Princípios e valores restaurativos. Aplicações práticas da Justiça Restaurativa: círculo de construção de paz, mediação vítima – ofensor – comunidade, conferências.

Módulo IV

Liderança positiva e liderados engajados; comunicação não violenta interpessoal e motivação no trabalho. Dinâmica de constituição de equipes de alto desempenho e alta produtividade. Do comprometimento a confiança através da valorização do sujeito com o exercício humanizado de poder na gestão participativa. A incorporação de práticas restaurativas no ambiente de trabalho.

JUSTIFICATIVA

Diante da Resolução n.º 351/2020 do Conselho Nacional de Justiça, instituiu-se a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no Âmbito do Poder Judiciário, fomentando tribunais estaduais a adotarem medidas que suplantem o exercício abusivo do poder administrativo, caracterizado por ações persistentes e desproporcionais ao sujeito e que afetam as relações sociais e trabalhistas.

Em 09 de março de 2022, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia publicou o Decreto Judiciário n.º 214, instituindo uma Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e outras Formas de Discriminação em cada grau de jurisdição e, em seguida, foram editados os Decretos Judiciários 372 e 373, ambos de 05 de maio de 2022 que designaram, respectivamente, os membros das Comissões de 2º e 1º Graus de Poder Judiciário Baiano.

Em 2024, as COPAMSD passaram a integrar o rol das comissões permanentes no Regimento Interno do Tribunal de Justiça da Bahia, após aprovação do projeto perante o Órgão Plenário.

Registra-se ainda no âmbito deste Tribunal, a aprovação, em abril de 2025, do Regimento Interno da Política Institucional de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de todas as formas de Discriminação, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia, culminando na publicação da Resolução nº 09/2025 do TJBA.

Vê-se, portanto, que, após a implementação da política nacional, o Tribunal de Justiça da Bahia vem buscando conferir efetividade às diretrizes e ações preventivas e de combate ao assédio e às discriminações.

Nesse cenário, o curso proposto pelas Comissões de Prevenção e Enfrentamento ao assédio moral, assédio sexual e outras formas de discriminação do Estado da Bahia busca fomentar a construção de ambientes produtivos, saudáveis e com Qualidade de Vida no Trabalho.

Para tal intento, o presente curso de capacitação contará com a participação de profissionais das áreas de: Administração, Direito e Psicologia, que ministrarão aulas teóricas e práticas nas áreas mais modernas da Gestão de Pessoas e de Processos visando construir uma nova mentalidade no ambiente organizacional, em face de princípios como a humanidade, o respeito e a dignidade humana.

OBJETIVO GERAL

Promover competências relacionadas à gestão de pessoas, com a melhoria do ambiente organizacional e das relações interpessoais entre os servidores e também os cidadãos jurisdicionados, com foco na prevenção e no enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conscientizar os magistrados quanto às ações de prevenção e combate às condutas discriminatórias e de assédio, moral ou sexual;
- Aprimorar a gestão de pessoas que se encontrem sob a responsabilidade do magistrado;
- Estimular a adesão a condutas e políticas preventivas a todas as formas de assédio e discriminação, como reflexo do compromisso institucional com a Agenda 2030 da ONU;
- Reconhecer condutas que possam evidenciar comportamento assediado ou discriminatório e adotar meios para preveni-las e combatê-las no ambiente institucional.

METODOLOGIA

O curso será realizado de modalidade a distância, mediado por tecnologia através das plataformas disponibilizadas pela UNICORP, e contará com aulas expositivas dialogadas e metodologia ativa, com a participação dos discentes em fóruns organizados e estimulados pelos tutores.

ATUAÇÃO DOS TUTORES

1. Ser um agente de engajamento entre os discentes e o curso;
1. Atender as demandas dos discentes com relação as dúvidas que vier surgir sobre o curso ou as aulas;
2. Facilitar a comunicação entre o professor e o discente;
3. Responder as perguntas nos fóruns.

RESPONSABILIDADE DO DISCENTE

1. Acessar regulamente o ambiente de curso para organizar o estudo e as atividades propostas pelo docente;
1. Observar o prazo do envio da atividade a ser postada;
2. Executar as atividades solicitadas pelo docente através de vídeo ou imagem;

ESTRUTURA DO CURSO

TURMA I

	Data/Horário	Temática	Metodologia Ativas	Modalidade	Formador	C.H	
	15/06 13:30 as 15:30 - aula síncrona	Módulo I: Administração	Aula expositiva dialogada (2h/a)	Ensino à Distância (EaD).	Cristiana Lopes	2	
	15/06 15:30 as 17:30 - aula síncrona	Módulo II: Direito	Aula expositiva dialogada (2h/a)	Ensino à Distância (EaD).	Bartira Dantas	2	
	16/06 13:30 as 15:30 - aula síncrona	Módulo III: Justiça Restaurativa	Aula expositiva dialogada (2h/a)	Ensino à Distância (EaD).	Desa Joaniece Guimarães	2	
	16/06 15:30 as 17:30 -- aula síncrona	Módulo IV: Psicologia	Aula expositiva dialogada (2h/a)	Ensino à Distância (EaD).	Cristina Goulart	2	

TURMA II

	Data/Horário	Temática	Metodologia Ativas	Modalidade	Formador	C.H	
	17/06 13:30 as 15:30 - aula síncrona	Módulo I: Administração	Aula expositiva dialogada (2h/a)	Ensino à Distância (EaD).	Cristiana Lopes	2	
	17/06 15:30 as 17:30 - aula síncrona	Módulo II: Direito	Aula expositiva dialogada (2h/a)	Ensino à Distância (EaD).	Bartira Dantas	2	

	18/06 13:30 as 15:30 - aula síncrona	Módulo III: Justiça Restaurativa	Aula expositiva dialogada (2h/a)	Ensino à Distância (EaD).	Desa Joalice Guimarães	2	
	18/06 15:30 as 17:30 -- aula síncrona	Módulo IV: Psicologia	Aula expositiva dialogada (2h/a)	Ensino à Distância (EaD).	Cristina Goulart	2	

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Módulo I

Carga horária: 2h

Conteúdo Programático: Gestão de pessoas, influência no ambiente organizacional e importância nos resultados alcançados. Conceito, poderes, funções, aplicabilidade e estilos de liderança na gestão de pessoas. Desenvolvimento de competências e sua aplicabilidade.

Metodologia:

- Aula Expositiva Dialogada
- Apresentação e desenvolvimento do conteúdo
- Apresentação de Vídeos

Atividade:

Proposição de contextos organizacionais para análise de elementos da administração e da gestão, bem como formas de gerir em face das práticas modernas e estratégias corporativas.

Material pedagógico:

1. Textos selecionados
2. Fichas de competências
3. Formulários de objetivos da gestão

Docente: Cristiana Lopes de Oliveira Coelho

Carga horária para desenvolvimento das atividades:

2h/a – aula síncrona

Módulo I

Carga horária: 2h

Conteúdo Programático: Gestão de pessoas, influência no ambiente organizacional e importância nos resultados alcançados. Conceito, poderes, funções, aplicabilidade e estilos de liderança na gestão de pessoas. Desenvolvimento de competências e sua aplicabilidade.

Metodologia:

- Aula Expositiva Dialogada
- Apresentação e desenvolvimento do conteúdo
- Apresentação de Vídeos

Atividade:

Proposição de contextos organizacionais para análise de elementos da administração e da gestão, bem como formas de gerir em face das práticas modernas e estratégias corporativas.

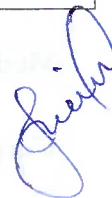
Material pedagógico:

1. Textos selecionados
2. Fichas de competências
3. Formulários de objetivos da gestão

Docente: Cristiana Lopes de Oliveira Coelho

Carga horária para desenvolvimento das atividades:

2h/a – aula síncrona



Módulo II

Carga horária: 2h

Conteúdo Programático: Assédio e discriminação nas convenções internacionais e na CF/88. Legislação infraconstitucional e Resolução 351/2020 do CNJ. Normatização interna do Tribunal de Justiça da Bahia. Conceito, modalidades e características do assédio e da discriminação. Consequências para a vítima, a sociedade e o poder público. Meios probatórios do assédio e da discriminação. Tipificação penal. O delito de *Stalking*. Assédio moral no setor público.

Metodologia:

As aulas são expositivas com exemplos de aplicação prática de cada caso. Para uma maior assimilação são propostos questionários e problemas práticos para desenvolvimento e debate.

Atividade:

Desenvolvimento de competências e habilidades através de debates e proposição de análise de determinados eventos apresentados em sala.

Material pedagógico:

- Textos selecionados
- Catálogo de leis
- Jurisprudências sobre assédio moral, sexual e discriminação

Docente: Bartira Pereira Dantas

Carga horária para desenvolvimento das atividades:

2h/a – aula síncrona

Módulo III

Carga horária: 2h

Conteúdo Programático: Justiça restaurativa como mecanismo para a resolução de conflitos: comunitário e judicial. Resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça. Princípios e valores restaurativos. Aplicações práticas da Justiça Restaurativa: círculo de construção de paz, mediação vítima – ofensor – comunidade, conferências.

Metodologia:

- Exposição Participativa
- Estudo de casos

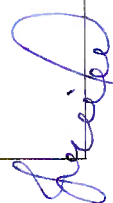
Atividade:

Apresentação de princípios da justiça restaurativa, através da exposição participada com identificação de paradigmas de modelos antigos.

Material pedagógico:

- Textos selecionados
- Vídeos

Docente: Desa. Joance Maria Guimarães de Jesus



Carga horária para desenvolvimento das atividades:

2h/a – aula síncrona

Módulo IV**Carga horária: 2h****Conteúdo Programático:**

Liderança do sec. XXI: positiva e liderados engajados; Comunicação não violenta na liderança e engajamento no trabalho. Dinâmica de constituição de equipes de alto desempenho e alta produtividade. Do comprometimento a confiança através da valorização do sujeito com o exercício humanizado de poder na gestão participativa. Os efeitos das práticas restaurativas no ambiente de trabalho.

Metodologia:

Exposição participada e dialógica, desenvolvimento do conhecimento através de vivências e práticas integrativas. Estudo de casos.

Atividade:

Consiste em metodologia teórico-prático-vivencial, na qual os participantes desenvolverão competências e habilidades em interação com o grupo. Princípios éticos e epistemológicos humanitários como base das atividades.

Material pedagógico:

Textos, artigos e livros em pdf.

Vídeos

Recursos audiovisuais

Docente: Maria Cristina Vianna Goulart

Carga horária para desenvolvimento das atividades:

2 h/a – aula síncrona

SISTEMA DE AVALIAÇÃO**1. Avaliação do aluno**

Será realizada através das participações dialógicas durante as aulas e nos fóruns de discussão propostos pelos tutores

2. Autoavaliação

Após o término das aulas, o discente terá acesso a um questionário, através da plataforma institucional, com perguntas de avaliação pessoal com relação ao curso e aprendizado. O aluno seguirá um critério de avaliação através de um formulário que consta; A) bom B) muito bom C) regular D) insuficiente e um registro reflexivo com tais perguntas: O que agregou? Como será útil? Como ele vai contribuir após esse curso?

3. Avaliação de Reação

Ao final do curso, será aplicada a avaliação, conforme documento anexo.

FREQUÊNCIA

Será computada mediante a presença on-line.

Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) para ter o certificado de conclusão.

FORMADORES E TUTORES

Joanice Maria Guimarães de Jesus:

Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Presidente do Comitê Gestor do Núcleo de Justiça Restaurativa do 2º Grau – TJBA. Presidente da Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio moral, Assédio sexual e outras formas de discriminação do 2º Grau do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Especialista em Ciências Criminais, em nível de pós-graduação “*lato sensu*”, pela Universidade da Amazônia – UNAMA. Especialista em Direito do Estado, em nível de pós-graduação “*lato sensu*”, pela Faculdade Baiana de Direito. Mestre em Segurança Pública, Justiça e Cidadania pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia.

Bartira Pereira Dantas

Analista Judiciária do Tribunal de Justiça da Bahia. Assessora da Desembargadora Joanice Maria Guimarães de Jesus. Membro da Comissão de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, Sexual e outras formas de Discriminação do 2º Grau do Tribunal de Justiça da Bahia. Facilitadora em Justiça Restaurativa - Círculos de Construção de Paz. Instrutora em Justiça Restaurativa (TJBA e Diálogos Transformativos). Formadora credenciada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (ENFAM) (FOFO 1.1, 1.2 e 1.3). Graduada em Direito pela Universidade Católica do Salvador (2003). Pós-graduada pela EMAB/UCSAL. Especialista em Direito do Estado pela Faculdade Baiana de Direito. Professora de Direito Administrativo.

Cristiana Lopes de Oliveira Coelho

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar e Multi-institucional em Difusão do Conhecimento UFBA/UNEB. Mestre em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA/USP). Especialista em metodologia do ensino, pesquisa e extensão em educação pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Graduada em Filosofia e em Serviço Social. Experiência na área de Liderança e Desenvolvimento de Pessoas, Gestão Pedagógica, coordenação, planejamento educacional e corporativo. Experiência na área de filosofia contemporânea, com ênfase em Sartre, ética, política, metodologia científica e atualmente tem como objeto de pesquisa subjetividade, gênero e identidade: estudo Michael Foucault, Paul Beatriz Preciado e Judith Butler. Fez mestrado sanduíche entre a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA) através do programa de cooperação acadêmica (PROCAD), também participou do Projeto BNB/PNUD com experiência na área de gestão e participação comunitária, educação popular, projetos sociais, planejamento e capacitação em oficinas de intervenção. Através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento participou dos processos de capacitação com equipes técnicas através da metodologia GEPAR (Gestão participativa), desde o mapeamento de Bairro até a implantação e acompanhamento de projetos de intervenção. É professora-tutora habilitada pelo Programa de Formação de Tutores da Universidade Veiga de Almeida (UVA-RJ), também pelo Curso de Formação de Tutores da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Foi Coordenadora de Desenvolvimento Educacional da Academia

de Polícia Civil da Bahia (ACADEPOL), coordenação pedagógica e de planejamento, responsável por todo o planejamento e execução dos cursos da Polícia Civil em todo o Estado da Bahia. No serviço público tem experiência com gestão e fiscalização de contratos, PAC (plano anual de capacitação), assessoria e direção, elaboração de projetos, avaliação, formação, capacitação e gestão pedagógica em Cursos de Formação de carreira policial.

Maria Cristina Vianna Goulart

Possui Bacharelado e Licenciatura em Psicologia pelo Centro de Estudos Superiores de Londrina (1981) e Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador (2006). Docente no curso de Capacitação de Facilitadores no curso de Justiça Restaurativa, pelo Tribunal de Justiça da Bahia, desde 2007. Coordenadora da Equipe Multidisciplinar do Programa de Justiça Restaurativa do TJBA. Psicanalista, associada ao Instituto de Psicanálise da Bahia desde 2010. Coordenadora e supervisora do Serviço de Psicologia da Faculdade FTC - Salvador, 2007-2011. Coordenadora da Clínica Escola da Faculdade do Santíssimo Sacramento de Alagoinhas e como também professora e supervisora de Estágio Específico I e II em Psicanálise, 2011-2015. Professora e supervisora de Estágio em Psicanálise com crianças e Psicanálise na Interface com a Justiça de no Centro Universitário Jorge Amado de 2014-2018. Coordenadora do Curso de Psicologia Jurídica e Mediação de Conflitos na Universidade do Salvador- BA desde 2018. Coordenação no curso de Bacharel em Psicologia da Fundação Visconde de Cairu, desde junho de 2018 a julho de 2022. Professora do curso de Bacharel em Psicologia Professora de Psicologia Jurídica. Supervisora de Estágio Clínica Psicanalítica. Atua como Perita e Facilitadora de Justiça Restaurativa desde 2006, em Juizados Especiais Criminais e Varas da Violência Doméstica e familiar contra a mulher do TJBA. Coordena a equipe Multidisciplinar de Justiça Restaurativa do Núcleo de 2º grau do TJBA.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL, RESOLUÇÃO 351, de 28 de outubro de 2020. Conselho Nacional de Justiça. Disponível em : <https://atos.cnj.jus.br/files/original192402202011035fa1ae5201643.pdf>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA NETO, Joaquim Domingos. Juizados Especiais Criminais: Uma Visão da Nova Justiça Criminal. HONÓRIO, Maria do Carmo e OLIVEIRA, José Anselmo de (Org.). Sistema dos Juizados Especiais. Campinas: Millennium. 2012. A TARDE. Namoro desfeito acaba em tragédia. Ano 92. N° 31.548, página 8. Salvador. Terça-feira, 23 de agosto de 2005.

AZEVEDO, André Gomma de. (Org.) Manual de Mediação Judicial. Brasília/DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. 2009. -----, O Componente de Mediação Vítima-Ofensor na Justiça Restaurativa: Uma Breve Apresentação de uma Inovação Epistemológica na Autocomposição Penal. In.: SLAKMON, C.; DE VITTO, R.; PINTO, R. Gomes (Org.). Justiça Restaurativa. Brasília – DF: Ministério da Justiça e PNUD. 2005.

AZEVEDO, Rodrigo G. de. O Paradigma Emergente em seu Labirinto: Notas para o Aperfeiçoamento dos Juizados Especiais Criminais. In.: WUNDERLICH, Alexandre e CARVALHO, Salo de (Org.) Novos Diálogos sobre os Juizados Especiais Criminais. Rio de Janeiro: Lumen Júris. 2005. BRAITHWAITE, John and ROCHE, D. Responsibility and Restorative Justice. In: BAZEMORE, G. and SCHIFF, M. Restorative Community Justice: Repairing Harm and Transforming Communities. New York: Anderson Publications, 2011. 151 -----, Restorative Justice and Responsive Regulation. New York: Oxford. 2002.

BUZZI, Marco Aurélio Gastaldi e HONÓRIO, Maria do Carmo (Orgs.). Juizados Especiais 15 anos de Debates e Reflexões. São Paulo: Fiúza. 2010. CORREIO DA BAHIA. Homem se mata após assassinar a ex-namorada. Ano XXVI. N.º 08369, página 7. Salvador. Terça-feira, 23 de agosto de 2005.

COSTA, Artur F. Guimarães de Jesus. A Justiça Restaurativa no Ordenamento Jurídico Brasileiro. 2008. 99 f. Monografia. Pós-Graduação Latu Senso em Ciências Criminais). Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2008.

CUSTÓDIO, Leonardo Rulian. O Poder Judiciário em Crise dando Margem a Formas Alternativas de Resolução de Conflitos. 2002. 210 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas). Universidade Paulista. Campinas. 2002.

DOS SANTOS, Cristiane Araújo. Justiça Restaurativa: uma resposta diferenciada para os problemas criminais. 2008. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídico-Criminais). Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Coimbra. 2008.

ESCOLA DE MAGISTRADOS DA BAHIA/Núcleo de Justiça Restaurativa do TJ/BA. Curso de Formação em Justiça Restaurativa, Mediação Penal, Prevenção da Violência e Direitos Humanos. Credenciado pela Portaria nº 114, de 13/12/2010, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Salvador. 2010. Anexo C e CD com a programação, aulas, vídeos e filmes que integram o currículo do curso.

FERREIRA, Francisco Amado. Justiça Restaurativa Natureza, Finalidades e Instrumentos. Coimbra: Coimbra. 2006.

GOMES PINTO, Renato Sócrates. Justiça Restaurativa é Possível no Brasil? In: SLAKMON, C.; DE VITTO, R.; PINTO, R. Gomes (Org.). Justiça Restaurativa. Brasília-DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Para o Desenvolvimento – PNUD. 2005. p. 28. 152

GOULART, Maria Cristina Vianna. A Compreensão do Sujeito Humano segundo a Sociologia e a Psicanálise. In: Curso de Formação em Justiça Restaurativa, Mediação Penal, Prevenção da Violência e Direitos Humanos. 10º. 2012. Extensão do 2º JECRIM – Largo do Tanque. Salvador. 2012.

GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; LAGRASTA NETO, Caetano. Mediação e Gerenciamento do Processo: Revolução na Prestação Jurisdicional. São Paulo: Atlas. 2007. p. 3 a 4.

HOFFMAN, Gene Knudsen; MONROE, Cynthia e GREEN, Leah. Escuta Compassiva. In: Transformação de Conflitos. Tradução: Márcia Gama. Santa Bárbara, California: The Institute for Cooperative Communication Skills. 2006. Disponível em: www.comunicarmelhor.org. Acesso em: 27 jan 2007.

HONÓRIO, Maria do Carmo e OLIVEIRA, José Anselmo de (Orgs.). Sistema dos Juizados Especiais. Campinas /SP: Millennium. 2012.

JACCOUD, Mylène. Princípios, Tendências e Procedimentos que Cercam a Justiça Restaurativa. In: SLAKMON, C.; DE VITTO, R.; PINTO, R. Gomes (Org.). Justiça Restaurativa. Brasília – DF: Ministério da Justiça e PNUD. 2005. p.163 a 182.

MARTINEZ, Francisco J. e BARLETTA, Haydeé (org.), Mediación: Proyecto Piloto. (Buenos Aires – Secretaria de Justicia. Ministerio de Justicia de La Nacion).1995. MCCOLD, Paul e WACHTEL, Ted. Em Busca de um Paradigma: Uma Teoria de Justiça Restaurativa. In: XIII Congresso Mundial de Criminologia. 2003. Rio de Janeiro. Disponível em: Acesso: 13 mar 2006.

http://restorativepractices.org/library/paradigm_port.html . Acesso em 01 mai 2008. MORRIS, Alisson. Criticando os Críticos. Uma Breve Resposta aos Críticos da Justiça Restaurativa. In: SLAKMON, C.; DE VITTO, R.; PINTO, R. Gomes (Org.). Justiça Restaurativa. Brasília-DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Para o Desenvolvimento – PNUD. 2005. p. 439 a 464.

NOGUEIRA NETO, Wanderlino. Juizados Especiais Criminais: é possível se garantir a democratização e qualificação do acesso à Justiça por essa via? Garantir o acesso com qualidade. Curso de Capacitação de Facilitadores para Justiça Restaurativa, Mediação Penal, Prevenção da Violência e Direitos Humanos. 2º. 2010. EMAB. Salvador.

NÚCLEO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA DO TJ/BA. ARTE NO JUIZADO CRIMINAL. Fotos: Andréa Lago. Apoio Cultural: CASA DE CULTURA CAROLINA TABOADA. Disponível em: www.casataboada.com.br Acesso em 23 out 10. PALLAMOLLA, Raffaella da Porciuncula. Justiça Restaurativa: da Teoria à Prática. São Paulo: IBCCRIM. 2009. 153 SALIBA, Marcelo Gonçalves. Justiça Restaurativa e Paradigma Punitivo. Curitiba: Juruá. 2009.

SANTANA, Selma Pereira de. Justiça Restaurativa A reparação como consequência jurídicopenal autônoma do delito. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2010. -----. A Justiça Restaurativa: um resgate, ainda que tardio, das

vítimas de delitos. In.: De Jure – Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional. Belo Horizonte: 2009. SANTOS, Jonny Maikel dos. Justiça Restaurativa: Aspectos Teóricos e Análise das Práticas do 2.º Juizado Criminal do Largo do Tanque – Salvador, Ba. 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado Profissional de Segurança Pública, Justiça e Cidadania). Faculdade de Direito. Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2014.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. Criminologia. 4ª edição revista e atualizada. São Paulo: Revista dos Tribunais. São Paulo. 2012. SICA, Leonardo. Justiça Restaurativa e Mediação Penal: o novo modelo de justiça criminal e de gestão do crime. Revista do Ministério Público Militar. N.º 21, Abr. 2010. Brasília: Procuradoria Geral de Justiça Militar. ----- Bases para o Modelo Brasileiro de Justiça Restaurativa. Revista do Ministério Público Militar. Ano 36, nº 21 (abr. 2010). Brasília: Procuradoria Geral de Justiça Militar. 2010.

SIMPÓSIO BRASILEIRO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA. I. 2005. Araçatuba/São Paulo. Carta de Araçatuba. Disponível em: Acesso em: 30 mai 2014. SOARES, Ricardo Maurício Freire. Devido Processo Legal: Uma Visão Pós-Moderna. Salvador: JusPodivm. 2008. SOUZA, Asiel Henrique de, e VIZA, Ben-Hur. Proposta de Projeto de Institucionalização da Justiça Restaurativa, com análise das condições necessárias para a sua realização. 1º Juizado Especial de Competência Geral do Núcleo Bandeirante. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Brasília/DF. 2006.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA. Cartilha do Núcleo de Justiça Restaurativa – Extensão de 2º Juizado Especial Criminal do Largo do Tanque. Salvador. 2010. Disponível em: Acesso em: 05 mai 2013.

VARGAS, Lúcia Dias. Julgados de Paz e Mediação – uma nova face da justiça. Coimbra: Livraria Almedina. 2006.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas: Modelos, Processos, Ética e Aplicações. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método. 2012. VEZZULA, Juan Carlos. A mediação. O Mediador. A Justiça e outros Conceitos. In: OLIVEIRA, Ângela (Coord.). Métodos de Resolução de Controvérsias. São Paulo: LTr. 1999.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. Direito Penal Brasileiro: primeiro volume -Teoria Geral do Direito Penal. Rio de Janeiro: Revan. 2003.

ZEHR, Howard. Trocando as Lentes: Um Novo Foco sobre o Crime e a Justiça. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena. 2008.

American Educational Research Association, American Psychological Association, & National Council on Measurement in Education. (2014). Standards for educational and psychological testing Washington, DC: Author.

ATKINSON, T. N., & Butler, J. W. (2012). From regulation to virtue: A critique of ethical formalism in research organizations. Journal of Research Administration, 43(1), 17-32. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2012000300014>; <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2012000300014>

BANDURA, A. (1977). Social learning theory Englewood Cliffs: Prentice-Hall.

BARCLAY, L. A., Markel, K. S., & Yugo, J. E. (2012). Virtue theory and organizations: Considering persons with disabilities. Journal of Managerial Psychology, 27(4), 330-346. <http://dx.doi.org/10.1108/02683941211220153> » <https://doi.org/10.1108/02683941211220153>

BORSA, J. C., Damásio, B. F., & Bandeira, D. R. (2012). Adaptação e validação de instrumentos psicológicos entre culturas: algumas considerações. Paidéia, 22(53), 423-432. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103863X2012000300014>; <https://doi.org/10.1590/S0103863X2012000300014>

BROWN, T. A. (2015). Confirmatory factor analysis for applied research New York: The Guilford Press.

BYRNE, B. M. (2012). Structural equation modeling with Mplus: Basic concepts, applications, and programming New York: Taylor & Francis.

CAMERON, K. (2011). Responsible leadership as virtuous leadership. Journal of Business Ethics, 98(1), 25-35. <http://dx.doi.org/10.1007/s10551-011-1023-6> » <https://doi.org/10.1007/s10551-011-1023-6>

CERVO, C. S., Mónico, L. S. M., Santos, N. R., Hutz, C. S., & Pais, C. (2016). Authentic Leadership Questionnaire: Invariance between samples of Brazilian and Portuguese employees. Psicologia: Reflexão e Crítica, 29(40), 1-11. <http://dx.doi.org/10.1186/s41155-016-0046-4>; » <https://doi.org/10.1186/s41155-016-0046-4>

COHEN, J. (1988). Statistical power analysis for the behavioral sciences (2nd ed.). Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates.

CROSSAN, M., Mazutis, D., & Seijts, G. (2013). In search of virtue: The role of virtues, values, and

character strengths in ethical decision making. *Journal of Business Ethics*, 113(4), 567-581. <http://dx.doi.org/10.1007/s10551-013-1680-8>; » <https://doi.org/10.1007/s10551-013-1680-8>

DANIELS, K. (2000). Measures of five aspects of affective well-being at work. *Human Relations*, 53(2), 275-294. <http://dx.doi.org/10.1177/a010564>; » <https://doi.org/10.1177/a010564>

FERREIRA, M. C., Silva, A. P. C., FERNANDES, H. A., & Almeida, S. P. (2008). Desenvolvimento e validação de uma escala de afetos no trabalho (ESAFE). *Avaliação Psicológica*, 7(2), 143-150. Recuperado em maio 1, 2017, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712008000200005&lng=pt&tlng=pt; http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712008000200005&lng=pt&tlng=pt

HACKETT, R. D., & Wang, Q. (2012). Virtues and leadership: An integrating conceptual framework founded in Aristotelian and Confucian perspectives on virtues. *Management Decision*, 50(5), 868-899. <http://dx.doi.org/10.1108/00251741211227564> » <https://doi.org/10.1108/00251741211227564>

HART, D. (2001). Administration and the ethics of virtue: In all things, choose first for good character and then for technical expertise. In T. L. Cooper (Ed.), *Handbook of administrative ethics* (pp. 131-50). New York: Marcel Dekker.

KILBURG, R. R. (2012). *Virtuous leaders: Strategy, character, and influence in the 21st century* Washington, DC: American Psychological Association.

PETERSON, C., & Seligman, M. E. P. (2004). *Character strengths and virtues: A handbook and classification* Washington, DC: American Psychological Association.

PETERSON, S. J., Walumbwa, F. O., Avolio B. J., & Hannah, S. T. (2012). The relationship between authentic leadership and follower job performance: The mediating role of follower positivity in extreme contexts. *The Leadership Quarterly*, 23(3), 502-516. <http://dx.doi.org/10.1016/j.leaqua.2011.12.004>; <https://doi.org/10.1016/j.leaqua.2011.12.004>

Rosenberg, M. B. (2021). *Comunicação não violenta - Nova edição*. Editora Ágora.2000.

Vieira, Rafaella de Andrade, Palacios, Katia Elizabeth Puente. O Impacto da Liderança nos Comportamentos de Aprendizagem das Equipes de Trabalho. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* DOI: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e39509.pt2023>, v.39.

**Desembargadora Joalice Maria
Guimarães de Jesus**
Coordenadora Pedagógica do Curso

